



O CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE DA
LEI DA FICHA LIMPA:
Direitos Políticos e Inelegibilidades

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2015

Copyright © 2015 by Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F383c

Ferreira, Marcelo Ramos Peregrino.

O controle de convencionalidade da lei da ficha limpa : direitos políticos e inelegibilidades / Marcelo Ramos Peregrino Ferreira. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2015.

x, 281 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 249-271.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014).

ISBN 978-85-8440-178-9

1. Direito internacional público e direito interno. 2. Direitos políticos – Brasil. 3. Direitos humanos – Brasil. 4. Direito eleitoral – Brasil. 5. Inelegibilidades – Brasil. I. Título.

CDD – 342.8107

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 – O DEVIDO PROCESSO LEGAL E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS	5
1.1. A CARTA MAGNA.....	5
CAPÍTULO 2 – O DEVIDO PROCESSO LEGAL, OS DIREITOS POLÍTICOS NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	15
2.1. AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	15
2.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1988	32
2.2.1. O Devido Processo Legal e a Constituição de 1988.....	32
2.2.2. A Proporcionalidade e Razoabilidade	35
2.2.3. Os Direitos Políticos na Constituição de 1988.....	39
CAPÍTULO 3 – A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	51
3.1. A NATUREZA E A HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANO	60
3.1.1. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	69
3.1.2. A Emenda nº 45/04 e seu Impacto no Debate sobre a Natureza dos Tratados de Direitos Humanos	73
3.2. AS DUAS ORDENS DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS.....	75
3.3. O PRINCÍPIO <i>PRO HOMINE</i>	82
CAPÍTULO 4 – O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	97

4.1. O DEVIDO PROCESSO CONVENCIONAL E A CORTE INTERAMERICANA.....	104
4.2. OS DIREITOS POLÍTICOS E A CORTE INTERAMERICANA.....	113
CAPÍTULO 5 – O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	147
5.1. O CONTROLE DIFUSO DE CONVENCIONALIDADE	158
5.2. O CONTROLE CONCENTRADO DE CONVENCIONALIDADE.....	169
CAPÍTULO 6 – A LEI COMPLEMENTAR N. 135/10	177
6.1. AS NOVAS INELEGIBILIDADES	181
6.2. O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 135/10 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	182
6.3. A POSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA SEARA ELEITORAL.....	189
6.4. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/10 EM FACE DO DEVIDO PROCESSO CONVENCIONAL E DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	193
6.4.1. O Procedimento.....	195
6.4.2. A Proibição de Retrocesso dos Direitos Políticos	196
6.4.3. A Presunção de Inocência e o Devido Processo Convencional.....	198
6.4.4. As Presunções	204
6.4.5. A Retroatividade.....	217
6.4.6. A Contagem dos Prazos de Inelegibilidade	228
6.4.7. A Lei das Inelegibilidades.....	230
CONCLUSÃO	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249